

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO I

#### **TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 27**

1. Introdução e aspectos críticos ..... 27
2. Do conceito de execução trabalhista ..... 29
3. Princípios da execução trabalhista ..... 31
  - 3.1. Conceito e importância ..... 31
  - 3.2. Dos princípios da execução trabalhista em espécie ..... 35
    - 3.2.1. Primazia do credor trabalhista ..... 35
    - 3.2.2. Princípio do meio menos oneroso para o executado ..... 36
    - 3.2.3. Princípio do título ..... 37
    - 3.2.4. Redução do contraditório..... 38
    - 3.2.5. Patrimonialidade..... 41
      - 3.2.5.1. A questão da prisão do devedor de verba alimentar..... 41
    - 3.2.6. Efetividade ..... 43
      - 3.2.6.1. Direito fundamental à tutela executiva... 43
    - 3.2.7. Disponibilidade ..... 45
    - 3.2.8. Princípio da instrumentalidade das formas..... 46

3.2.9.	Função social da execução trabalhista .....	47
3.2.10.	Subsidiariedade .....	49
3.2.10.1.	Da aplicação subsidiária da Lei n. 6.830/80 à execução trabalhista .....	50
3.2.11.	Princípio da duração razoável do processo na execução .....	52
3.2.12.	Princípio da ausência de autonomia da execução trabalhista (procedimento sincrético).....	57
3.2.13.	Princípio do impulso oficial .....	58
3.2.14.	Princípio da proporcionalidade .....	63
3.2.15.	Princípio da cooperação .....	65
4.	Da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil na execução trabalhista e as lacunas da Consolidação das Leis do Trabalho.....	68
4.1.	O Código de Processo Civil de 2015 e o Processo do Trabalho .....	68
4.2.	As lacunas do Processo do Trabalho e aplicação do CPC... ..	70
4.3.	Interpretação e aplicação das normas que regem a execução trabalhista.....	83
5.	Competência para a execução trabalhista .....	84
6.	Regras de direito intertemporal e a vigência da Lei n. 13.467/17 .	87
7.	Da prescrição na execução trabalhista.....	90
7.1.	Conceito de prescrição .....	90
7.2.	Da prescrição intercorrente .....	92
8.	Da conciliação na execução trabalhista .....	102
9.	Da audiência de conciliação na execução trabalhista .....	105
9.1.	Da audiência telepresencial na execução trabalhista .....	109
10.	Requisitos preliminares da execução trabalhista (pressupostos processuais e condições da ação executiva).....	112
10.1.	Pressupostos processuais da execução .....	112
10.2.	Das condições da ação.....	114

11. Das condições da ação em espécie.....	116
11.1. Legitimidade .....	116
11.2. Legitimidade ativa .....	117
11.3. Da legitimidade ativa do espólio e sucessores .....	118
11.4. (Cessionário) Da cessão do crédito trabalhista .....	119
11.5. Do sub-rogado .....	123
11.6. Legitimidade passiva .....	123
11.7. Interesse processual.....	124
11.8. Possibilidade jurídica do pedido .....	126
12. Do mérito da execução.....	127
13. A postura do Juiz do Trabalho diante da execução .....	128
14. Medidas executivas atípicas .....	132
14.1. Conceito e constitucionalidade .....	132
14.2. O art. 139, IV, do CPC .....	136
14.3. Requisitos necessários para as medidas atípicas.....	137

## **CAPÍTULO II**

### **DA BOA-FÉ DAS PARTES NA EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 145**

1. Dos deveres das partes e procuradores .....	145
2. Da litigância de má-fé no processo do trabalho.....	150
3. Da fraude à execução no processo do trabalho.....	151
4. Da fraude à execução e fraude contra credores .....	156
5. Do ato atentatório à dignidade da justiça .....	159
6. Do assédio processual na execução trabalhista .....	161
6.1. Da reparação do assédio processual na execução tra- balhista .....	169

## **CAPÍTULO III**

### **DOS TÍTULOS EXECUTIVOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO..... 173**

1. Conceito e requisitos do título executivo .....	173
--	-----

2.	Títulos executivos judiciais previstos na CLT.....	177
2.1.	Sentença trabalhista transitada em julgado.....	177
2.2.	Sentença trabalhista pendente de julgamento de recurso recebido apenas no efeito devolutivo.....	180
2.2.1.	A sentença trabalhista e a hipoteca judiciária ....	180
2.3.	Acordos homologados pela Justiça do Trabalho .....	186
3.	Títulos executivos extrajudiciais trabalhistas .....	186
3.1.	Os termos de ajustes de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho.....	186
3.2.	Os termos de conciliação firmados perante as comissões de conciliação prévia.....	188
4.	Títulos executivos não previstos na CLT que podem ser executados na Justiça do Trabalho .....	189
4.1.	Judiciais.....	189
4.1.1.	Sentença penal condenatória que atribui responsabilidade penal ao empregador, transitada em julgado .....	189
4.1.2.	Termo de homologação de acordo extrajudicial (arts. 855-B a 855-E da CLT).....	191
4.1.3.	Sentença arbitral.....	194
4.2.	Títulos extrajudiciais previstos no CPC.....	197
4.2.1.	A certidão de inscrição na dívida ativa da União referente às penalidades administrativas impostas ao empregador pelos órgãos de fiscalização do trabalho .....	197
4.2.2.	Títulos de crédito oriundos ou decorrentes da relação de trabalho podem ser executados na Justiça do Trabalho .....	198

## CAPÍTULO IV

### DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL..... 203

1.	Conceito .....	203
----	----------------	-----

2.	Da responsabilidade patrimonial secundária.....	204
3.	Dos responsáveis secundários na execução no processo do trabalho (hipóteses típicas) .....	205
3.1.	Sucessão de empresas (empregadores).....	205
3.2.	Da responsabilidade do sócio .....	212
3.2.1.	A teoria da desconsideração da personalidade jurídica .....	214
3.3.	Da responsabilidade do sócio retirante.....	223
3.3.1.	Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica .....	230
3.3.1.1.	Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	234
3.4.	Bens do cônjuge .....	239
3.5.	Da responsabilidade do devedor subsidiário .....	243
3.5.1.	Da responsabilidade solidária da empresa integrante do consórcio de empregadores.....	245
3.5.2.	Da responsabilidade subsidiária nos contratos de franquia.....	248
3.6.	Responsabilidade da empresa do mesmo grupo econômico que não participou da fase de conhecimento.....	251
3.7.	Da responsabilidade do devedor subsidiário que não participou da fase de conhecimento.....	260

## **CAPÍTULO V**

### **DA LIQUIDAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO ..... 267**

1.	Do conceito de liquidação de sentença e sua natureza jurídica .....	267
2.	Da liquidação por cálculos no processo do trabalho .....	273
3.	Se o reclamante não apresentar os cálculos, há prescrição intercorrente? .....	275
4.	Liquidação por arbitramento.....	277
5.	Liquidação por artigos (pelo procedimento comum).....	278

6. Da revelia na liquidação de sentença trabalhista .....	280
7. Da perícia na liquidação .....	281
8. Liquidação de títulos executivos extrajudiciais no processo do trabalho .....	289
9. Da natureza da decisão que decide a liquidação no processo do trabalho e impugnabilidade .....	291
10. A questão dos juros e correção monetária dos créditos trabalhistas.....	294

## **CAPÍTULO VI**

### **DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO ..... 305**

1. Conceito e importância .....	305
2. A execução provisória do processo civil e sua aplicabilidade no processo do trabalho .....	308
3. Da penhora de dinheiro na execução provisória.....	315
4. Execução provisória de obrigação de fazer .....	317

## **CAPÍTULO VII**

### **PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 321**

1. Introdução e o Procedimento da CLT.....	321
2. Da liberação do depósito recursal antes do início da execução (art. 899 da CLT).....	323
3. Do início da execução trabalhista e da citação do executado .....	325
4. Do procedimento de cumprimento de sentença previsto no CPC e sua aplicabilidade no processo do trabalho .....	330
4.1. Do art. 523 do CPC .....	330
4.2. Da aplicabilidade do art. 523 do CPC ao processo do trabalho. Por uma mudança de mentalidade no caminho da efetividade e celeridade processuais .....	331
4.2.1. Da aplicabilidade da multa do art. 523 do CPC na execução provisória no processo do trabalho	336

- 5. Do procedimento da execução por títulos executivos extrajudiciais no processo do trabalho ..... 336
- 6. Protesto extrajudicial da sentença trabalhista..... 338
- 7. Da certidão negativa de débitos trabalhistas ..... 342

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA PENHORA ..... 347**

- 1. Conceito e natureza jurídica..... 347
- 2. Dos efeitos da penhora ..... 348
  - 2.1. Do tempo e local da penhora..... 349
- 3. Da importância da penhora para a execução..... 352
- 4. Indicação de bens. Ordem de penhora. Construção e garantia do juízo ..... 353
  - 4.1. Ferramentas eletrônicas para a efetividade da penhora (Convênios)..... 357
- 5. Do auto de penhora ..... 367
- 6. Dos bens impenhoráveis ..... 368
  - 6.1. Impenhorabilidades previstas no Código de Processo Civil e aplicação no Processo do Trabalho ..... 369
  - 6.2. Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução ..... 371
  - 6.3. Os móveis, os pertences e as utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou os que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida.... 375
  - 6.4. Os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor ..... 375
  - 6.5. Os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal..... 375

6.6.	Os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado .....	378
6.7.	O seguro de vida .....	379
6.8.	Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas .....	380
6.9.	A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família .....	380
6.10.	Os créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra .....	381
6.11.	Verbas de natureza pública para pagamento de trabalhadores de empresas privadas .....	381
6.12.	Bens de hospitais filantrópicos e santas casas.....	382
7.	Da impenhorabilidade do bem de família .....	383
8.	Da penhora de dinheiro e bloqueio de contas bancárias .....	395
9.	Da penhora de salário .....	403
9.1.	Da penhora da quantia depositada em caderneta de poupança até o limite de 40 salários mínimos.....	408
10.	Penhora de bens imóveis .....	409
10.1.	Da penhora do imóvel em condomínio (indivisível) .....	412
10.2.	Do registro da penhora do imóvel e consequências .....	415
10.3.	Da penhora do imóvel hipotecado .....	417
10.4.	Fraude à execução (terceiro de boa-fé e a penhora de bem imóvel).....	420
11.	Penhora de bem gravado com alienação fiduciária em garantia .	425
12.	Penhora de bem gravado com <i>leasing</i> .....	427
13.	Penhora de faturamento .....	428
14.	Da penhora de empresa e do estabelecimento comercial .....	429
15.	Penhora de crédito .....	431
16.	Penhora no rosto dos autos .....	432

17. Substituição de penhora.....	434
18. Mais de uma penhora sobre o mesmo bem (concurso de credores na Justiça do Trabalho).....	436
18.1. Reunião de execuções em face do devedor comum.....	439
19. Do arresto cautelar (art. 830 do CPC).....	442
20. Da avaliação dos bens penhorados.....	443
21. Do depósito dos bens penhorados e o depositário .....	445
22. Depositário infiel – prisão determinada pelo Juiz do Trabalho ...	449

## **CAPÍTULO IX**

### **MODALIDADES DE DEFESA NA EXECUÇÃO DO EXECUTADO E DE TERCEIROS ..... 457**

1. Embargos à execução (Título executivo judicial).....	457
2. Do conteúdo dos embargos à execução.....	462
2.1. Nulidade da citação se o processo correu à revelia .....	462
2.2. Prescrição da dívida .....	463
2.3. Cumprimento da decisão ou quitação da dívida .....	464
2.4. Inexigibilidade do título .....	464
2.5. Penhora incorreta ou avaliação errônea .....	464
2.6. Excesso de execução.....	464
2.7. Inexigibilidade do título em razão do dispositivo em que se baseava ter sido declarado inconstitucional (§ 5º do art. 884 da CLT) .....	467
2.8. Impugnação à liquidação .....	471
2.9. Matérias de ordem pública.....	472
2.10. Do procedimento dos embargos à execução.....	472
2.11. Embargos à execução por título executivo extrajudicial ..	477
2.12. Do requerimento de parcelamento da execução pelo executado (art. 916 do CPC) e sua compatibilidade com o processo do trabalho .....	479

- 3. Da exceção de pré-executividade na Justiça do Trabalho ..... 481
- 4. Dos embargos de terceiro ..... 489

## **CAPÍTULO X**

### **DA EXPROPRIAÇÃO DE BENS NO PROCESSO DO TRABALHO E DISPOSIÇÕES FINAIS DA EXECUÇÃO ..... 499**

- 1. Da Hasta Pública ..... 499
  - 1.1. Formalidades da Hasta Pública ..... 501
- 2. Expropriação ..... 504
- 3. Alienação por iniciativa particular ..... 505
- 4. Alienação por leilão eletrônico ..... 506
- 5. Arrematação – Conceito e legitimidade para arrematar ..... 508
  - 5.1. Da arrematação parcelada de bens ..... 511
  - 5.2. Ônus e dívidas que gravam o bem arrematado ..... 513
- 6. Adjudicação ..... 516
  - 6.1. Da adjudicação antes da Hasta Pública ..... 518
- 7. Remição da execução ..... 521
- 8. Remição de bens ..... 524
- 9. Prioridade da expropriação no processo do trabalho ..... 525
- 10. Lance mínimo ..... 525
- 11. Lance vil ..... 526
  - 11.1. Lance vil no processo do trabalho ..... 527
  - 11.2. Impugnação da expropriação no processo do trabalho ... 530
- 12. Suspensão e extinção da execução no processo do trabalho ..... 533
- 13. Suspensão da execução no curso de ação rescisória ..... 535
  - 13.1. Possibilidade de suspensão da execução ou relativização da coisa julgada em razão do estado de força maior provocado pela pandemia do Coronavírus ..... 536
- 14. Custas e despesas processuais na execução trabalhista ..... 543

15. A questão dos honorários advocatícios na execução trabalhista .....	546
---	-----

## **CAPÍTULO XI**

### **DOS RECURSOS NA EXECUÇÃO TRABALHISTA ..... 559**

1. Agravo de petição .....	559
1.1. Delimitação das matérias objeto da controvérsia .....	568
1.2. Procedimento .....	571
2. Recurso de revista.....	571
2.1. Requisitos específicos do recurso de revista.....	575
2.2. Hipótese de cabimento na execução de sentença .....	583
2.2.1. Execução de título executivo extrajudicial, execução fiscal e certidão negativa de débitos trabalhistas.....	590
2.2.2. Admissibilidade do Recurso e Saneamento de nulidades .....	592
2.3. Transcendência no recurso de revista .....	593
2.4. Efeitos do recurso de revista .....	604
2.4.1. Devolutivo .....	604
2.4.2. Efeito suspensivo .....	605
3. Dos embargos de declaração .....	606
3.1. Conceito e natureza jurídica .....	606
3.2. Hipóteses cabíveis.....	607
3.3. Caráter infringente dos embargos (Efeito modificativo)...	610
3.4. Embargos de declaração em face de decisão interlocutória.....	610
3.5. Embargos de declaração e contraditório .....	611
3.6. Embargos de declaração protelatórios e multa .....	612
3.7. Embargos de declaração e prequestionamento .....	614
3.8. Do processamento dos embargos de declaração.....	614

- 4. Agravo de instrumento ..... 616
- 5. Do recurso extraordinário na execução trabalhista..... 620
  - 5.1. Efeitos do recurso extraordinário na execução da sentença trabalhista ..... 626

## **CAPÍTULO XII**

### **PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA EXECUÇÃO TRABALHISTA..... 629**

- 1. Execução da parcela previdenciária ..... 629
  - 1.1. Da competência ..... 629
  - 1.2. Do procedimento da execução previdenciária ..... 634
- 2. Da execução em face da massa falida e empresa em recuperação judicial ..... 650
  - 2.1. Da alienação de bens durante o procedimento de recuperação judicial e a sucessão para fins trabalhistas ..... 663
    - 2.1.1. Execução em face de devedores solidários e subsidiários na falência e recuperação judicial... 666
  - 2.2. Execução em face de empresas em liquidação extrajudicial..... 670
- 3. Da execução de obrigações de fazer e não fazer na Justiça do Trabalho..... 672
- 4. Execução em face da Fazenda Pública..... 677
  - 4.1. Conceito e introdução..... 677
  - 4.2. Procedimento na Justiça do Trabalho ..... 681
  - 4.3. Dos créditos de pequeno valor..... 689
- 5. Da execução de parcelas sucessivas ..... 692
- 6. Execução das multas administrativas aplicadas ao empregador pelos órgãos de fiscalização do trabalho ..... 693
- 7. Ação anulatória ..... 703
- 8. *Habeas corpus* na Justiça do Trabalho..... 707
  - 8.1. Hipóteses de cabimento na Justiça do Trabalho..... 709
  - 8.2. Competência funcional e procedimento..... 711

9. Ação Monitória .....	713
9.1. A Ação Monitória no Direito Processual do Trabalho.....	720
9.2. Do procedimento da Ação Monitória na Justiça do Trabalho.....	724
10. Mandado de Segurança.....	725
10.1. Conceito de Mandado de Segurança .....	725
10.2. Do direito líquido e certo.....	727
10.3. Das competências material e funcional para o Mandado de Segurança .....	730
10.4. Mandado de Segurança em face de decisão interlocutória e na execução da sentença trabalhista .....	733
10.5. Procedimento do Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho .....	734
10.6. Da liminar e da recorribilidade da decisão que a aprecia	740
10.7. Da recorribilidade da decisão no mandado de segurança	742
10.8. Do prazo para interposição do mandado de segurança...	742
11. Correição parcial .....	744
12. Execução da decisão que concede a tutela antecipada no processo do trabalho.....	747
13. Da tutela cautelar na execução trabalhista .....	750
13.1. Do poder geral de cautela do Juiz do Trabalho na execução.....	752
13.2. Do procedimento da tutela cautelar no processo do trabalho .....	753

### **CAPÍTULO XIII**

#### **LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES COLETIVAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO ..... 759**

1. Do conceito de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	759
---	-----

2. Da natureza da decisão proferida em ações coletivas para a defesa de interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos ..... 764
3. Liquidação e execução dos direitos difusos e coletivos ..... 765
4. A liquidação da decisão para interesses individuais homogêneos.....767
5. A execução dos interesses individuais homogêneos..... 778

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 781**